

PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS: EXPERIÊNCIAS DO SUL DE MINAS GERAIS

Ferreira, Mauro

Professor da Faculdade de Engenharia da FESP-UEMG

Cardoso, Emiliana Maquiaveli

Professora da Faculdade de Engenharia da FESP-UEMG

INTRODUÇÃO

A partir de 1988, nas sucessivas eleições municipais realizadas após a promulgação da nova Constituição Federal, elegeram-se em diversos municípios prefeitos comprometidos com transformações sociais, dispostos a fazer administrações democráticas e populares, invertendo prioridades e privilegiando as questões sociais. O rearranjo institucional proporcionado pela nova Constituição permitiu, num primeiro momento, a descentralização das políticas públicas e a criação de programas e projetos em áreas nas quais os municípios não tinham tradição de intervenção, como habitação de interesse social, ou que sempre haviam constituído em políticas conservadoras, como o desenvolvimento e o planejamento urbano.

Concomitante a estes processos, a Constituição Mineira de 1989 criou a Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, dando início a um processo de discussões nas faculdades isoladas pertencentes às fundações públicas do interior de Minas Gerais (caso da Fundação de Ensino Superior de Passos - FESP) sobre as alternativas existentes visando a efetiva implementação da UEMG, assim como seu papel no atendimento às demandas oriundas das administrações públicas municipais, bem como ao desenvolvimento regional.

Mais recentemente, desde a promulgação do Estatuto da Cidade, lei federal que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabeleceu-se como exigência que o Plano Diretor deveria estar aprovado até outubro de 2006, em mais de 1600 municípios do país, aqueles com mais de 20 mil habitantes ou situados em regiões metropolitanas ou ainda em áreas consideradas de preservação

ambiental. Neste contexto, a Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização visando a elaboração e implementação dos Planos Diretores Participativos, implementado pelo Ministério das Cidades a partir de deliberação do Conselho das Cidades, tornou possível levar adiante uma percepção que já era latente nas lideranças regionais da necessidade de planejar e controlar a ocupação das margens do lago de Furnas, inserida numa visão que levava em conta o desenvolvimento e a integração regionais, motivando a ALAGO a montar um projeto para elaborar os Planos Diretores Participativos – PDPs para os 52 municípios que compõem o entorno do reservatório de Furnas, através de um acordo de cooperação constituído pela empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Ministério das Cidades, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA-MG, Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana do Estado de Minas Gerais – SEDRU e Fórum-Lago, entidade que congrega as instituições de ensino e pesquisa da região (BRASIL, 2005).

Aprovados os recursos para financiamento do projeto, a ALAGO optou por dividir em nove lotes (constituídos por quatro a seis municípios, segundo critérios de proximidade geográfica e população total) os trabalhos de elaboração dos PDPs. Assim, por meio do currículo das equipes técnicas das universidades, foram selecionadas pela ALAGO nove instituições de ensino e pesquisa da região, possibilitando tornar a FESP-UEMG responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos de assessoria técnica para a elaboração dos Planos Diretores Participativos no lote composto pelos municípios de Capitólio, Pimenta, São João Batista do Glória, São José da Barra e Vargem Bonita.

Município	População (Habitantes)	Dimensão (Km²)
Pimenta	7.824	415
Piumhi	28.783	902
Vargem Bonita	2.212	409
São J. B. Glória	6.271	550
São José Da Barra	6.053	312
Capitólio	7.737	522
	58.880	3.110

Quadro 1 – Municípios assessorados pela FESP-UEMG e respectiva população (IBGE, 2000)

A FESP-UEMG, desde o início dos anos 1990, estabeleceu uma política de elaboração de convênios de cooperação técnica e cultural com diversos municípios, como Jaboticabal (SP), Ibiraci, Passos, São João Batista do Glória e São Sebastião do Paraíso (MG), que se traduziram em projetos executados nas áreas de planejamento urbano, habitação social, drenagem urbana, coleta, transporte e disposição de resíduos sólidos, geoprocessamento, prevenção de riscos de acidentes em áreas urbanas e outras.

A partir de 1992, também consolida-se na Faculdade de Engenharia da UEMG de Passos - FEP a necessidade de realizar uma reestruturação curricular do curso de engenharia civil, premida de um lado pelas demandas colocadas pelas discussões sobre a implantação da estrutura universitária da UEMG e, de outro lado, pelo visível arcaísmo de seu currículo diante das transformações que o país e o mundo passavam, assim como pelo avanço de outras universidades (privadas principalmente) em sua área de influência geográfica, colocando em risco sua própria sobrevivência. A FEP, ao discutir o perfil do profissional que deveria formar, traduziu claramente sua opção pela formação de um tipo de engenheiro que atendesse às demandas regionais, (já que 65% dos seus alunos permanecem na própria região), cuja viabilidade estava sendo demonstrada pelo atendimento às demandas sociais que os próprios trabalhos e práticas extensionistas apontavam.

Com isso, a discussão sobre o campo de atuação do profissional e das novas disciplinas que iriam compor o novo currículo, e respectivas cadeias trouxeram à tona a contribuição ensejada pelos programas e projetos de extensão em desenvolvimento, tais como as seguintes disciplinas: Políticas e Programas de Habitação Social, Administração e Organização dos Serviços Públicos, Sistema de Resíduos Sólidos Urbanos, Sistema de Transporte Coletivo, Sistemas de Drenagem Urbana, Gerenciamento das Edificações, todas vinculadas às atividades públicas e privadas de pequenas e médias cidades e pequenas edificações.

A participação e engajamento de um número cada vez maior de estudantes de graduação em engenharia civil da UEMG no campus de Passos em trabalhos de extensão permitiu que também eles passassem a vivenciar, em situações reais, o exercício profissional, traduzindo-se em relatórios de estágio e trabalhos de iniciação científica que somente tomaram forma após a sua participação nos citados trabalhos de extensão.

O projeto de reestruturação curricular, aprovado pelo CEPE da UEMG em maio de 1998 caracteriza a atividade de extensão no sentido de que “poderão assumir todos os modelos possíveis de realização, sem perder sua característica de informalidade, priorizando porém as temáticas relacionadas à melhoria da qualidade de vida e da cidadania, estabelecendo parcerias com prefeituras, sindicatos, associações de bairro e moradores, cooperativas, outras universidades, ONGs, etc.” A proposta para as atividades deverão “conter mecanismos constantes de verificação dos resultados, avaliando-se a qualidade dos trabalhos realizados, correspondência com a linha de pensamento teórico da escola, correspondência à expectativa dos parceiros quanto aos resultados obtidos, correspondência dos alunos e professores quanto à validade das experiências vivenciadas, correspondência da Universidade quanto às expectativas de seu desempenho na construção da sociedade”.

Norteados por estas diretrizes, a FEP tem desenvolvido um conjunto de atividades de extensão, priorizando parcerias com o poder público das pequenas localidades da região onde está inserida, que tem se traduzido num significativo número de experiências, que permitem aos estudantes sua inserção profissional. Neste sentido, a possibilidade gerada pelo trabalho junto aos municípios da ALAGO insere-se nesta política, tendo como objetivo central capacitar os profissionais das cidades e os estudantes para atuação no planejamento das cidades da região, numa perspectiva de desenvolvimento regional e de fixação de profissionais qualificados nos próprios municípios.

Ao todo, foram 127 estudantes de engenharia civil participantes de 15 projetos desenvolvidos com quase uma dezena de prefeituras, nas áreas de habitação social, planejamento urbano, meio ambiente e administração pública

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA EXPERIÊNCIA REALIZADA PELA FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL DA FESP-UEMG NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS DOS MUNICÍPIOS DA ALAGO

A atuação da FESP-UEMG, no que diz respeito à elaboração dos Planos Diretores do Grupo II definido pelo Termo de Referência de Apoio à Realização de Planos Diretores Participativos em 52 Municípios da Bacia Hidrográfica do Lago de Furnas, que faz parte do protocolo de cooperação entre o Ministério das Cidades,

Furnas Centrais Elétricas S.A., Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana do Estado de Minas Gerais – SEDRU, Associação dos Municípios do Lago de Furnas – ALAGO e o Fórum-Lago pautou-se pelo exercício do protagonismo desta ação pelo próprio Município, no sentido de resgatar sua capacidade de planejar e implementar a política urbana, nos termos da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade.

Neste sentido, o Plano de Ação exigia a necessidade de estabelecer um processo de participação e capacitação permanentes para que o planejamento local pudesse ter continuidade durante e após a aprovação do Plano Diretor (conceitos presentes em BUENO, 2007). Assim, o trabalho da FESP consistiu em estabelecer um debate permanente com o Núcleo Gestor e com a sociedade civil local, para selecionar, pactuar e definir estratégias destinadas a superar os entraves para o desenvolvimento urbano e rural do município, sem perder de vista as questões regionais.

De acordo com o Plano de Ação aprovado, eram os seguintes os objetivos a serem perseguidos durante o processo de elaboração do Plano Diretor:

Objetivos Gerais e Específicos

- Definir a estratégia de atuação do Município na Elaboração do Plano Diretor Participativo.

A definição da estratégia foi tomada, inicialmente, através de reuniões entre a equipe de assessoria da FESP-UEMG e a equipe da Prefeitura.

- Formar o Núcleo Gestor, com representantes do Poder Público e da sociedade civil, que teria a atribuição de coordenar e organizar os trabalhos.

Em todos os municípios, foram constituídos os Núcleos Gestores, com a participação de representantes do poder público local e da sociedade civil, nomeados através de decreto do prefeito, tendo como critério a paridade em sua composição, a representatividade e a capacidade de articulação e participação efetiva nos trabalhos.

- Apresentar um inventário preliminar da realidade local (problemas, oportunidades, obstáculos locais, formas de organização da sociedade, etc.);

Em todos os municípios, o Núcleo Gestor definiu, inicialmente, um cronograma de trabalho para as Leituras Técnica e Comunitária, permitindo a realização das

audiências públicas, divididas territorialmente e com setores específicos da comunidade local, para a discussão dos problemas do município (leitura comunitária) e, concomitantemente, discussão com técnicos da municipalidade e atuantes na cidade (leitura técnica) dos problemas já detectados e programas e projetos em andamento para resolvê-los. Em todos os municípios, também foram estruturadas agendas que permitiram a realização das leituras técnicas conjugadas com as atividades de capacitação dos técnicos da municipalidade (especialmente professores e agentes de saúde) e lideranças comunitárias, sobre planejamento municipal, estatuto da cidade, plano diretor e instrumentos urbanísticos disponíveis.

Elaboração e metodologia aplicada do Plano de Ação (PA)

A elaboração do Plano de Ação compreendeu a execução das seguintes etapas, em todos os municípios do Grupo II:

a) Formação da equipe de coordenação do Plano:

Esta equipe, responsável pela coordenação de todas as ações a cargo do Município, bem como, pela articulação com os demais segmentos sociais, dada a exigüidade de tempo e de quadros técnicos das Prefeituras, foi constituída pelo próprio Núcleo Gestor, nomeado por decreto do prefeito municipal, definindo-se também um coordenador geral membro do Executivo, no sentido de agilizar a infraestrutura para as reuniões, materiais, divulgação, etc.

Por parte da FESP-UEMG, a equipe multidisciplinar foi coordenada por um arquiteto, (doutor na área de planejamento urbano), contando com a participação de docentes e pesquisadores da instituição das áreas de trânsito e transportes, ambiental, social, econômica e jurídica; compuseram ainda a equipe um ex-aluno engenheiro civil, que atuou como gerente executivo e estudantes de graduação em engenharia civil.

À equipe de coordenação coube sistematizar e formalizar o Inventário Preliminar.

b) Inventário Preliminar:

O Inventário Preliminar, etapa referente ao levantamento inicial das informações e dados existentes no município, possibilitou mensurar em que nível de

organização se encontravam os Municípios e, conseqüentemente, quais as ações que deveriam ser executadas visando a produção das informações necessárias à elaboração do Plano Diretor.

Primeiramente, verificou-se que nenhum dos municípios possuía Plano Diretor anterior, nem qualquer tipo de zoneamento de uso e ocupação do solo.

Assim, foram analisadas a Lei Orgânica de todos os municípios, as leis municipais vigentes que tratam do perímetro urbano, parcelamento do solo (S. João Batista do Glória, São José da Barra e Capitólio, já que Pimenta e Vargem não as possuem), Códigos de Obras (São João Batista do Glória, as demais não as possuem). Simultaneamente, em visitas periódicas da equipe técnica da FESP-UEMG às localidades, foram sendo levantados os dados urbanos disponíveis, envolvendo aspectos territoriais, físico-ambientais, atividades econômicas, uso e ocupação do solo, regularização fundiária, evolução histórica da cidade e do território, inserção regional do município, mobilidade urbana e circulação, caracterização e distribuição da população e seus movimentos, dinâmica e infraestrutura, bem como mapas e cadastros existentes, dados já disponíveis no cadastro físico municipal, cartório de registro de imóveis (à exceção de Capitólio, nenhum dos municípios possui cartório de registro de imóveis local), IBGE, EMATER, COPASA (Capitólio, S. José da Barra e Vargem), SAAE (Pimenta e S.J.B. Glória) e relatórios de pesquisas realizadas por universidades regionais, especialmente o Diagnóstico do Saneamento do Lago, realizado pelo Fórum-Lago.

Foram utilizados e analisados também estudos recentes realizados pelos municípios, como o Plano Decenal de Educação (em todos os municípios), levantamento do patrimônio cultural (Pimenta), Planos Municipais de Saúde (Capitólio e São João B. Glória), Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra (por sua localização nos municípios de Capitólio, S. João Batista do Glória e Vargem Bonita), Plano Municipal de Turismo (S. João Batista do Glória).

Houve um esforço bastante grande da equipe técnica e dos Núcleos Gestores em produzir os materiais para a leitura, já que nenhum dos municípios possuía secretaria, diretoria ou organismo específico de planejamento. As informações estão dispersas, não sistematizadas ou não disponíveis, principalmente por falta de cultura e de institucionalização do planejamento nas administrações municipais. A reduzida importância do IPTU como fonte de recursos em quase todos os municípios (à exceção de Capitólio) leva o cadastro físico a reduzir-se a sua expressão apenas

contábil, pois não há mapas integrados e atualizados (também aqui Capitólio é exceção, pois está realizando o recadastramento imobiliário).

Também o processo de expansão das cidades, principalmente aquelas situadas às margens do lago, não tem sido acompanhado de um esforço de planejamento e fiscalização pelos municípios, que não dispõem de quadros técnicos em número suficiente para realizar tal tarefa. Com isso, o processo de ocupação das margens para o turismo, com loteamentos e empreendimentos imobiliários e hoteleiros, não tem sido acompanhado pela preocupação com a infra-estrutura necessária à sustentabilidade ambiental dos empreendimentos, em todos os municípios.

A FESP-UEMG coordenou a elaboração do Inventário Preliminar, produzindo um relatório que continha um mapeamento preliminar e dados gerais sobre o município. Os materiais de suporte físicos disponíveis, especialmente a cartografia, eram bastante precários: apenas S.J.B. do Glória e S.J. da Barra possuíam mapas digitalizados de sua sede da zona urbana, dos demais aglomerados urbanos e do município. Nenhum dos municípios possuía mapas digitalizados atualizados e com informações topográficas. Estes materiais foram produzidos pela FESP-UEMG, possibilitando à Prefeitura ter um instrumento de planejamento mais atualizado (mapa e seu arquivo eletrônico), para dar continuidade ao processo de planejamento que o Plano deveria instituir.

No caso da Educação, a exigência legal de ter um plano decenal de Educação exigiu das prefeituras um esforço para definir diretrizes gerais e um processo de planejamento e discussão sobre o tema, consolidado no Plano Decenal aprovado por lei recente em todos os municípios. Nas demais áreas, poucos são os instrumentos de planejamento já consolidados.

No município de Vargem Bonita, no final de 2005 havia sido realizado pela Prefeitura um Diagnóstico Urbano e Rural Participativo, cujo escopo se aproximava ao do Plano Diretor. A opção nesta localidade, tomada pelo Núcleo Gestor, foi referendar o Diagnóstico elaborado, pois não havia condições operacionais e de mobilização popular para refazer o trabalho recentemente concluído, até mesmo porque o município está realizando o processo de discussão da Agenda 21 local.

c) Estratégias de Mobilização e Participação da População para Realizar as Oficinas de Leitura da Realidade Local (Técnica e Comunitária):

Em reuniões com os Núcleos Gestores foram definidas: as entidades da sociedade civil existentes no município a serem convidadas, incluindo aquelas da zona rural, a divisão territorial urbana e rural, de acordo com a realidade local (mesmo porque os municípios possuem estruturas urbanas isoladas, além da sede), a estrutura administrativa local, em especial de educação e saúde que poderia ser utilizada como suporte para a realização das oficinas de Leitura da Realidade e por temas considerados prioritários, de acordo com as condições e características de cada município. A partir destas definições, foram elaborados convites formais para participação, que propiciou atrair para o processo de discussão do Plano um amplo leque de entidades. Houve ainda, por parte dos Núcleos Gestores, a preocupação em realizar as reuniões em locais diferentes, utilizando principalmente as escolas da rede municipal, a sede da câmara municipal, (como forma de atrair os vereadores para o processo) e auditórios disponíveis nas comunidades. Também os horários foram objeto de discussão do Núcleo Gestor de cada município, optando-se geralmente pelo período noturno, que permitia a participação de um maior número de pessoas.

A metodologia para a realização das oficinas de Leitura Técnica e Comunitária foi apresentada pela equipe da FESP-UEMG ao Núcleo Gestor e, após aprovada, foi testada na primeira reunião pela equipe da FESP-UEMG, repassando-a ao Núcleo Gestor local, que assumia a coordenação dos trabalhos nas oficinas subseqüentes. Para a abertura das oficinas comunitárias (para cada município), produziu-se uma apresentação visual com o material do inventário preliminar, incluindo mapas, fotos aéreas, dados populacionais e econômicos, o IDH, bem como o objetivo geral e uma breve introdução sobre o que é e o papel do Plano Diretor para o desenvolvimento municipal e os instrumentos de planejamento disponíveis no Estatuto da Cidade. Esta apresentação ficava a cargo da equipe técnica da FESP-UEMG, que esteve presente em todas as oficinas de leitura técnica e comunitária realizadas.

A partir desta apresentação (aquecimento), a equipe de coordenação do Núcleo Gestor separava os participantes basicamente em três grupos (desenvolvimento econômico, social e urbano), escolhia-se um relator e o debate era produzido com o uso de descritores em cartelas individuais, possibilitando a todos que se manifestassem sobre os problemas, potencialidades e alternativas para o município,

nas diferentes áreas. Os descritores eram lidos pelo relator, seguido de debates e esclarecimentos, e colocado à vista de todos nas paredes da sala de trabalho. Ao final, depois de aprovado pelo grupo, os descritores eram recolhidos pela coordenação do Núcleo Gestor, digitados e sistematizados na respectiva ata da oficina.



Figura 1: Leitura Comunitária Pimenta



Figura 2: Leitura Comunitária Capitólio



Figura 3: Leitura Comunitária Capitólio



Figura 4: Material produzido por alunos em São J. da Barra

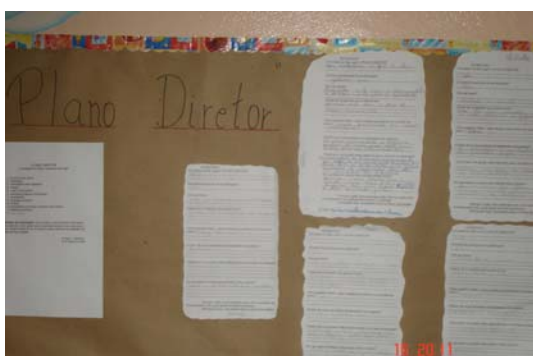


Figura 5: Material produzido por alunos em eventos em S. José Barra



Figura 6: Divulgação Pública dos Pimenta

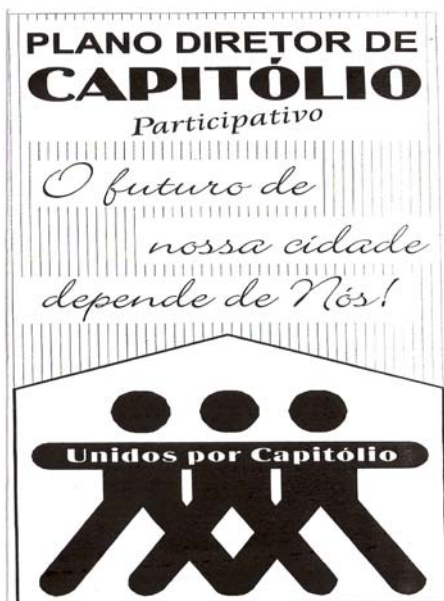


Figura 7: Divulgação Pública dos eventos

O desejo de construir, tem raiz na necessidade de suprir algo.

A Prefeitura Municipal de Pimenta - Adm. 2005/2008
convida para a 1ª Reunião para elaboração do **PLANO
DIRETOR** do município.

Dia: 12/07/2006

Local: Auditório do Quartel da Polícia Militar

Horário: 19 horas

O que se quer realizar, precisa de busca e planejamento.



Figura 8: Divulgação Pública dos eventos

Ao final da atividade, realizava-se a escolha dos delegados para a Conferência da Cidade, a realizar-se no final do processo para discutir o anteprojeto da lei do PDP, cuja regra de proporcionalidade foi definida pelo Núcleo Gestor de cada município. O processo de escolha foi por manifestação de interesse em participar, cujos nomes foram aprovados pelo coletivo presente. Todas as oficinas produziram uma ata e um registro escrito dos principais tópicos e proposições surgidas no processo de discussão. Todo o material produzido nestas oficinas foi sistematizado e disponibilizado no sítio da FESP-UEMG (www.passosuemg.br), permitindo livre acesso aos munícipes interessados, embora o grau de acessibilidade seja prejudicado pela reduzida oferta de programas públicos de inclusão digital nestas localidades. Além disso, apenas a prefeitura do município de Capitólio possui sítio próprio. Todas as atas foram previamente aprovadas e arquivadas pelos Núcleos Gestores, como comprovante do processo democrático de discussão e para discutir o seu teor e encaminhamentos posteriores.

A leitura técnica foi conduzida com o Núcleo Gestor local, que convidava representantes de entidades e técnicos para discussão de temas específicos. As reuniões foram realizadas geralmente nas Prefeituras municipais, utilizando-se o mapa do município e dos aglomerados urbanos, permitindo uma visão espacializada e a localização de problemas ou alternativas, quando fosse o caso, das questões levantadas. A equipe técnica da FESP-UEMG levantava inicialmente uma série de “provocações” para o debate, sobre questões surgidas nos debates com a

comunidade, sobre setores da ação do poder público, como habitação social, áreas de risco, ocupação de APPs, ocupação das margens do lago, situação do cemitério, matadouro, áreas de lazer, áreas verdes, aprovação de loteamentos e edificações, ocupação da zona rural, estradas rurais, desenvolvimento econômico, desemprego, qualificação profissional de jovens, etc. Com isso, foram se cruzando os elementos levantados pela população e pelos técnicos, visando sua integração, compondo os elementos componentes dos mapas e da situação do município, como parte integrante do relatório.

Durante os debates, a equipe da FESP-UEMG explicava o funcionamento dos instrumentos urbanísticos e tributários disponíveis para enfrentar os problemas levantados, principalmente aqueles previstos pelo Estatuto da Cidade, bem como suas possibilidades e alternativas para os participantes, estabelecendo um processo de debate e capacitação permanente, que estava na base da proposta de Trabalho, de iniciar um processo permanente de planejamento do município. O compartilhamento das leituras técnicas com os agentes sociais envolvidos no processo se deu através da disponibilização ao Núcleo Gestor dos cadernos técnicos que foram produzidos.

Em todos os municípios, após estes debates, foram realizadas visitas aos locais citados e aspectos principais levantados e documentados fotograficamente, elementos que também compõem o relatório de sistematização da Leitura.

Produziu-se também uma apresentação específica para as oficinas de capacitação de professores e agentes de saúde, que foram realizadas nos municípios de S.J. Glória, S.J. Barra e Vargem Bonita. O resultado destas atividades foi a inserção de temas em sala de aula, com os alunos da rede pública produzindo materiais e visões diferenciadas sobre o município, devidamente registrados pelo Núcleo Gestor local. O município de Capitólio realizou também uma pesquisa domiciliar, com questões sobre os problemas urbanos e rurais, durante o processo de leitura comunitária.

Em todos os municípios, procedeu-se a um lançamento oficial do processo, divulgado na imprensa local e com convite individual para representantes de entidades e lideranças comunitárias, através de um evento realizado nas Câmaras Municipais, como parte do processo de envolvimento do Legislativo com o projeto (apenas em Pimenta não foi realizado na sede da Câmara Municipal), apresentando-se na oportunidade a equipe técnica e o Núcleo Gestor e, em seguida, realizou-se

uma palestra sobre Experiências de Plano Diretor e um primeiro debate sobre a realidade local, verificando-se as expectativas da sociedade quanto ao Plano Diretor.

Utilizaram-se para divulgação das atividades, as mídias disponíveis em cada um dos municípios, de acordo com as definições locais do Núcleo Gestor, que conhece os mecanismos de divulgação mais eficientes disponíveis no município, descritas no Quadro 2.

Município	Faixas de rua	Anúncio volante de som	Anúncio sistema de som da igreja	Anúncio rádio comunitária	Convites Individuais	Convocação jornal	Folders
Capitólio	X		X	X	X	X	X
Pimenta	X	X	X	X	X	X	
Glória		X		X	X		
Barra	X			X	X		X
Vargem Bonita			X		X		

Quadro 2: Forma de Divulgação das Atividades do Plano Diretor. (Fonte: Núcleos Gestores)

Foram realizadas dezenas de oficinas de Leitura Técnica e Comunitária, nos mais diferentes locais das cidades, com significativo número de participantes, totalizando aproximadamente 900 pessoas no processo todo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, os projetos de lei dos PDP estão nas câmaras municipais para discussão, nenhum foi aprovado até o momento. Mesmo assim, podemos afirmar que os resultados obtidos pelas atividades de extensão da FESP-UEMG tem propiciado melhorias concretas na qualidade de vida de milhares de pessoas, a partir de uma redefinição do próprio ensino ministrado no curso de graduação em engenharia civil e da ampliação das oportunidades vivenciadas pelos estudantes e professores em situações concretas derivadas de demandas de diferentes instituições.

Uma parcela da população das cidades que contaram com a parceria da universidade foi beneficiada diretamente com o processo de elaboração do Plano Diretor, pois possibilitou, além de capacitar setores técnicos e da sociedade civil sobre planejamento urbano, discutir propostas, possibilidades de implementação e

fontes de recursos para intervenções no meio físico, como redes de saneamento, de transporte, de habitação e planejamento urbano, propostas elaboradas com conhecimento técnico, profundidade, compromisso e seriedade. Os resultados devem ser ainda mais positivos após a aprovação dos Planos Diretores, se forem de fato implementados. De outro lado, os estudantes de graduação tiveram a oportunidade de enfrentar problemas concretos do cotidiano das cidades, aumentando o seu grau de conhecimento e capacidade de resolução. Os professores envolvidos nas tarefas de extensão puderam criar materiais de ensino e desenvolver novas respostas a velhos problemas do ambiente construído e a universidade pode “tornar acessíveis o conhecimento e a tecnologia que produz, estuda e domina”, razão de sua existência.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Proposta de Reestruturação Curricular**. Passos: Faculdade de Engenharia de Passos, Universidade do Estado de Minas Gerais, campus de Passos, 1997

BRASIL. **Plano Diretor Participativo**. Ministério das Cidades. Brasília: Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2005

BUENO, Laura Machado de Mello, Org.: CYMBALISTA, Renato, Org. **Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007

FELDMAN, Sarah; FERREIRA, Mauro. **Programas de Gestão Integrada: uma nova perspectiva de política urbana para Franca**. Franca: FACEF Pesquisa, 2001

ROLNIK, Raquel et alii. **Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2002